

**UNIVERSIDADE E PÓS GRADUAÇÃO CONTEXTO ATUAL: REFLEXÕES A
RESPEITO DA CONTRADIÇÃO SABER FAZER *VERSUS* FORMAÇÃO HUMANA**

Paulo Sérgio Pereira Ricci
Sonia Mari Shima Barroco

Neste texto apresentaremos uma reflexão acerca da constituição da Universidade no Brasil e as políticas nacionais referentes à Pós-graduação, discutindo as concepções predominantes nas práticas de Ensino Superior, isto é, as filosofias que constituem as ações de ensino atuais. Esse exercício ganha sentido e significado, uma vez que, problematizar a Educação, de modo geral, e a Educação Superior especificamente, é uma ação necessária ao desenvolvimento do pensamento crítico e à formação docente, bem como à luta por uma formação humanizadora.

Para adentrarmos à discussão específica referente às filosofias que estão sendo presentes na Educação Superior, sobretudo, nas ações de incentivo aos programas de Pós-Graduação, cujo foco, tem sido o incentivo à pesquisa aplicada, acompanhada do recuo da teoria (Moraes, 2004), é necessário que primeiramente façamos uma discussão das práticas educacionais atuais, já que tem sido tão divulgado que vivemos na chamada sociedade do conhecimento.

Duarte (2001) discute que a sociedade atual tem vivenciado uma ilusão com relação à existência da sociedade do conhecimento. Isto é, atualmente tem sido realizada uma divulgação de informações que ocupam o lugar do conhecimento científico, mascarando a realidade. Desse modo, o acesso da população às artes e ciências produzidas pelos homens ao longo da história e que promovem, tanto o desenvolvimento pessoal, quanto o desenvolvimento científico e humano, não se concretiza.

Segundo Duarte (2001) a filosofia que tem embasado as práticas educacionais contemporâneas é referente às pedagogias do “aprender a aprender”. Estas enfatizam o ensino baseado em métodos ativos. Para essas concepções, o método ativo, consiste no ensino baseado na ação, do aluno. Logo são enfatizados: a aprendizagem pelo fazer, o treinamento, o aluno em atividade. Dessa maneira, o que é valorizado nas pedagogias do “aprender a aprender” são as próprias experiências que o aluno realiza. O papel do professor é de apenas

ser o facilitador, e não o mediador, como propõe a Psicologia Histórico-Cultural (Facci, 2003). Nas pedagogias do “aprender a aprender” é entendido é que o aluno deve construir seu conhecimento a partir de si mesmo, de suas experiências e de sua atividade, concebida como ação, em sala de aula.

Analizamos que essa concepção desconsidera a importância que a apropriação das construções humanas ao longo da história, promove ao desenvolvimento do homem e da sociedade. Desse modo, pontuamos, à partir do Materialismo Histórico-Dialético, que vivemos uma sociedade de mudanças e contradições, uma vez que tal sociedade é constituída pela atividade humana. Logo, tais alterações podem ser de caráter transformador (Tuleski, 2008). Os conhecimentos podem ser superados, mas não devem assumir a forma de conhecimentos provisórios, pois ao desconsiderar o conhecimento como produção humana, desconsidera-se a necessidade de apropriação do mesmo, e o papel desta no desenvolvimento. Pontuamos, sobretudo, que para a superação, é primeiramente necessário o acesso ao conhecimento, seu entendimento, sua problematização. A grande questão que devemos levar em consideração é se essa primeira condição necessária vem sendo realizada.

Defendemos, a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, que são as apropriações das produções humanas, ou seja, instrumentos e signos humanos, que promovem o desenvolvimento (Duarte, 1993; Vygotski, 1988). Desse modo, buscar avançar o conhecimento científico, em todos os seus níveis, e em especial, na Educação superior e Pós-graduação, bem como lutar pelo acesso dos homens ao mesmo, consiste em um posicionamento científico e político da teoria e de seus teóricos. Tal posicionamento é contrário ao que tem sido presente atualmente, pois a ênfase não está no ensino da técnica e não se apoia na pedagogia do “aprender a aprender”. Antes, busca o ensino do conteúdo em sua radicalidade, isto é, tomado em sua historicidade, em sua gênese, desenvolvimento e desdobramentos prospectivos. Longe de se pensar em reedição da escola tradicional, esse ensino de conteúdo pleiteado não descarta as elaborações dos grandes pensadores clássicos de diferentes áreas do saber, e as grandes produções humanas para fixar-se apenas nas descobertas mais recentes tomadas como inovadoras.

Este entendimento sobre a direção que assume o ensino superior e a pós-graduação não é apenas uma crítica às filosofias que embasam as práticas educacionais atuais, mas, e,

sobretudo, uma crítica à sociedade atual e seus princípios, que origina tais filosofias e que levam a educação a serviço do Capital, em sua reprodutibilidade incontrolada.

De acordo com Moraes (2004), entre outros, a concepção de Educação se dá a partir, e em assonância, com a concepção de sociedade. Dessa maneira, o que temos atualmente é uma sociedade de competências, logo, a educação também passa a ser uma educação de competências. Dito de outro modo, do ensino de técnicas para a ação, sob a justificativa de que se deva responder às demandas da sociedade.

A partir das exposições de Moraes (2004) e de Duarte (2001) podemos pensar que o que temos atualmente é uma sociedade do conhecimento, direcionada a uma pequena parcela da população. E uma sociedade da informação, direcionada para a população geral. Essa contradição é própria da sociedade Capitalista e deve ser pensada, problematizada e discutida, não apenas pelas pesquisas que têm sido realizadas na academia, mas pela sociedade de modo geral, com vistas à superação dessa contradição.

O entendimento das filosofias do “aprender a aprender” e das características da sociedade contemporânea é necessário quando se pretende entender o que tem sido objetivado pela Educação Superior e pelos programas de Pós-graduação. Desse modo, passaremos a discutir as modalidades de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado acadêmico e Mestrado profissional.

Da não neutralidade da formação *stricto sensu*

Inicialmente abordaremos questões referentes à criação e crise da Universidade no Brasil a partir do que Meneghel (2001) nos ajuda a pensar. Para a autora a Universidade no Brasil, foi criada já com características Modernas, sendo que seu modelo associava ensino e pesquisa, contemplando diversas áreas do conhecimento. É válido pontuar que a universidade deve se pautar no tripé de Ensino, Pesquisa, e Extensão.

Realizando um recorte histórico, a fim de focalizar os objetivos do presente, passamos a discutir mudanças no cenário da Educação Superior, que segundo a autora, colocaram a universidade em um momento de crise. Com o Golpe militar de 1964, foi instituída no Brasil, uma política econômica nacionalista, o “projeto brasileiro” que propunha o tema: “Brasil, Grande Potência”, e colocou para a Educação a ênfase na formação de técnicos e

pesquisadores. Nesse contexto foi exigido, segundo Meneghel (2001) uma maior modernização das universidades, pois elas eram as responsáveis pela formação tanto dos profissionais técnicos quanto dos pesquisadores.

No debate sobre a reforma da universidade na década de 1980 ocorreu uma passagem do modelo moderno ao modelo neoliberal, no qual o Estado passou a ser regulador do mercado e promotor da competitividade. Dentre os princípios da política neoliberal, está a diminuição dos gastos públicos e a privatização, o que afeta a universidade, diminuindo recursos para que o tripé que a caracteriza se efetive. A universidade, segundo Meneghel (2001), ao invés de instigar a pesquisa e estimular a crítica, tornou-se operacional.

Isso é importante de ser levado em consideração, pois afeta diretamente os programas de Pós-graduação, e nesse sentido o Mestrado acadêmico e até mesmo, o incentivo à criação do Mestrado profissional.

Meneghel (2001) aponta ainda que o fim do modelo único de universidade foi gestado ao longo da década de 80 e que a adequação da estrutura do Ensino Superior do país foi em função dos objetivos da economia. A crise da universidade, desta forma, não seria apenas decorrente do esgotamento do modelo moderno, mas sim uma crise de adaptação ao neoliberalismo, que não almeja sustentar uma instituição cuja função seria formar mão-de-obra para o mercado.

Nesse contexto neoliberal, no qual, como apontado inicialmente, as filosofias educacionais primam pelo “aprender a aprender” é válido discutir uma questão que afeta a formação em nível de Pós-graduação *stricto sensu*, a existência de modalidades de Mestrado: acadêmico e profissional. Visões diferenciadas abordam tal discussão. Existem autores que defendem o Mestrado como uma prática que traz vantagens tanto para a sociedade, quanto para os programas de pesquisa e acadêmicos, como é o caso de Fischer (2005); quanto autores que problematizam o mestrado profissional, pelo fato de estar mais a serviço do mercado do que da ciência e desenvolvimento da população, como é o caso de Dantas (2004) e Freitas (2011).

Passaremos a expor alguns pontos e apresentar nossas reflexões. Fischer (2005) concebe o Mestrado profissional como uma prática acadêmica que pode contribuir para a renovação da Pós-graduação brasileira. Explica que o foco presente na concepção que ancora

as políticas educacionais no Mestrado profissional é referente à aprendizagem pela experiência. E que a Pós-graduação vivencia atualmente uma “síndrome bipolar entre valores” (Fisher, 2005, p.24), valores esses, de um lado, exclusivamente acadêmicos, e do outro, as exigências do mundo do trabalho. De acordo com a autora o Mestrado profissional possui objetivos nitidamente aplicados. O que nos faz pensar que está de acordo com as propostas do “aprender a aprender”, e objetivos do mundo Capitalista.

Dantas (2004) nos auxilia a ampliar as reflexões acerca do Mestrado profissional. O autor explica que a Academia possui papel essencial na geração de novos conhecimentos, e se questiona a respeito do modo pelo qual a produção científica tem respondido às dificuldades sociais. Ou seja, se tem contribuído para a redução das desigualdades sociais, melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sócio econômico. O autor entende que a pesquisa, nesse sentido, é responsável por esse engajamento social e que a Pós-graduação no Brasil deveria estar relacionada à pesquisa (como são os objetivos da formação do Mestrado acadêmico). O autor defende ainda que fazer ciência seria uma atividade social, cumulativa e complexa. Nesse sentido, recomendamos a leitura de Freitas (2011), pelo fato de criticar alguns princípios que pretendem tornar a Pós-graduação mais aberta e descentralizada. Em nosso entendimento, essa formação aberta e descentralizada, cumpre a lógica de atendimento das demandas do mercado e obedecendo à concepção do “aprender a aprender”.

Com o exposto, podemos ter instrumentos de análise que permitam realizar uma crítica à modalidade de ensino presente atualmente, com ênfase no saber fazer e não na capacidade de reflexão sobre o fazer. Pontuamos que a preocupação com o recuo aos fundamentos e à apropriação do conhecimento científico seja referente aos princípios da Psicologia Histórico-Cultural, teoria que fundamentou nossa análise. Consideramos necessário esse recuo em função de que o mesmo permita uma análise reflexiva das práticas sociais, para então devolver um conhecimento pensado, e que promova transformações não apenas à ciência, mas à sociedade.

Referências

Dantas, F. (2004). *Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: idéias para (avali)ação*. RBPG, 1(2), 160-172.

Duarte, N. (1993). A relação entre objetivação e apropriação. In: Duarte, N. *A individualidade para-si – contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados.

Duarte, N. (2001). *As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento*. In: Reunião Anual da ANPED.

Fischer, T. (2005). *Mestrado profissional como prática acadêmica*. RBPG, 2(4), 24-29.

Freitas, S. F. T. (2011). *Mais algumas notas sobre a transição da pós-graduação brasileira*. RBPG, Brasília, 8(15), 19-32.

Meneghel, S. M. (2001) *A crise da Universidade Moderna no Brasil*. Tese de doutoramento da autora, defendida sob orientação do Prof. José Dias Sobrinho na FE/Unicamp.

Moraes, M. C. M. (2004). *Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em Educação*. In: <http://www.anped.org.br/24/T1722216449491.DOC> acessado em 06/2004.

Tuleski, S. C. (2008). *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. Maringá: Eduem.

Vygotski, L. S. (1988). Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. In: Vygotski, L. S. Luria, A. R. Leontiev, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone.